

Contributo da Associação O Direito de Aprender

Afixado por O Direito de Aprender - 17/07/06 14:07

No dia 12 de Dezembro a Associação O Direito de Aprender organizou um Encontro de Educação e Formação de Adultos. Neste Encontro participaram diversas pessoas e Instituições que têm intervindo de uma forma activa nesta área. De salientar que na preparação do Encontro todos puderam dar o seu contributo através dum site criado especificamente para o referido Encontro.

Estas propostas são o reflexo das diversas intervenções ao longo desse Encontro.

Uma questão essencial: porque é que, num país como Portugal, onde hoje ainda a população adulta revela os mais baixos índices de escolarização e qualificação dos 25 Estados-Membros da União Europeia, nunca foi dada prioridade política à área da educação de adultos, da educação e formação de adultos?

A resposta comporta diferentes componentes. Por um lado, a falta, a ausência, de um movimento social forte dentro do sector, que tenha realmente capacidade de influenciar decisões políticas, de se mostrar e provar a sua relevância, como interlocutor incontornável, na concepção, execução, avaliação de políticas de educação de adultos. Isto significa que o sector é chamado hoje a organizar-se nesse sentido. E não só para influenciar uma eventual política nacional, mas também porque já existem, nos países parceiros da União Europeia, organizações que, a nível nacional, representam todo este movimento de educação e formação de adultos e com as quais Portugal não pode hoje dialogar, por não possuir uma estrutura representativa dessa dimensão.

Outro factor que explica esta marginalidade será certamente o facto de se tratar de um campo relativamente indefinido, de fronteiras flexíveis, difíceis de traçar com muito rigor; daí resulta não haver, da parte dos poderes públicos, realmente, uma ideia muito clara do que seja a educação e formação de adultos, não sendo consequentemente considerada como uma área-alvo para políticas e programas específicos.

Porém, fundamentalmente, esta ausência crítica de uma política pública própria terá a ver com o facto de não ter ainda surgido em Portugal um governo genuinamente motivado para enfrentar a desigualdade económica e sociocultural, desde sempre endémica entre nós, através de uma política capaz de promover, de forma consistente e integrada, a expressão quotidiana da cidadania, a promoção educativa e cultural, a prosperidade material para todos. Este campo vasto e diversificado que é a educação e formação de adultos tem, precisamente, como uma das suas características essenciais, uma forte heterogeneidade, uma profunda diversidade, o que a distingue de graus ou níveis de educação oferecidos a outros níveis etários, como o pré-escolar, o básico, o secundário ou o universitário que apresentam uma certa unidade e fronteiras bem definidas. É isso que faz a riqueza da educação e formação de adultos, como é isso que faz também a sua fraqueza, no sentido de mais dificilmente poder ser pensado este sector como um objecto natural de política pública. Ora, essa diversidade, essa heterogeneidade, não são mais que o reflexo das características de uma população adulta, que também (felizmente, pois é isso que faz a riqueza das nações e das populações) é extremamente diversificada. E um dos princípios fundamentais na educação e formação de adultos é, precisamente, o de procurar ajustar-se, sempre e o melhor possível, às características próprias de todas e de cada uma das pessoas com quem se pretende trabalhar. Nesta perspectiva de ajustamento, de adequação, a cada pessoa, e também a cada grupo social ou a cada território, é natural que surjam experiências de uma enorme variedade, de uma grande diversidade, como é também natural e óbvio que se conclua pela impossibilidade de uma só instituição, de uma só organização, ter o monopólio de intervenção nesta área. Esta área é, fundamentalmente, um espaço de investimento cívico e profissional, e até afectivo - para uma gama variadíssima de organizações e instituições. A educação e formação de adultos não pode, de facto, fazer-se sem cooperação, articulação, entre dezenas, centenas, milhares de organizações, com as suas características próprias, cada uma mais apropriada do que outra para intervir em determinado território, com determinado grupo social ou tipo de pessoas com quem prevê trabalhar.

A necessidade de contextualizar a educação e formação de adultos é fundamental neste domínio e, certamente, que teremos de pensar em dois tipos de instrumentos essenciais ao desenvolvimento, ao fortalecimento, do sector de educação e formação de adultos. Por um lado, a criação e consolidação de estruturas organizacionais específicas, como sejam as parcerias territoriais de educação e formação de adultos. Este trabalho é combinando modalidades formais, não-formais e informais - terá que ser feito, essencialmente, numa escala local. E porque uma intervenção contextualizada é fundamental, será necessário identificar todas as entidades, organizações e instituições que têm um papel real a desempenhar na área da educação e formação de adultos, procurando que se criem, que se reforcem, que se consolidem, assim, parcerias territoriais de educação e formação de adultos. Por outro lado, estas parcerias deverão ser fundadas, criadas, definidas, em paralelo com a elaboração de um plano territorial integrado de educação e formação de adultos, que deverá surgir como resultado de negociações, articulações, de diálogos, de convergências ou divergências a nível territorial. É, de facto, vital, para o sucesso de uma estratégia de educação e formação de adultos, no nosso país, que surjam estas plataformas de negociação e consenso, onde instituições públicas e instituições privadas, parceiros sociais, instituições privadas de tipo empresarial e instituições privadas de tipo associativo, todas à volta de uma mesma mesa, possam acordar num plano com o qual sintam uma certa identificação. Um plano que, em seguida, seja implementado também em parceria, porque, se trabalha aqui, prioritariamente, no sentido da inserção social e da transmissão e aquisição de competências de base, pelo que fará todo o sentido contar também com parceiros que possam disponibilizar, estágios de trabalho em situação real; como é igualmente necessário que as escolas (de todo o tipo e de diferentes níveis, e incluindo, sem dúvida, as profissionais) façam parte destas parcerias territoriais.

De facto, a escola tem um trabalho muito importante a realizar nesta Ájrea de educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, atÃ© para se auto-reformar, atÃ© para melhorar o seu desempenho, e nÃ£o sÃ³ em relaÃ§Ã£o a adultos, como tambÃ©m no trabalho corrente com os âœœseusâœ• grupos etÃ¡rios. A escola tem aqui, sem dÃºvida, um papel deveras importante, mas nÃ£o se pode, todavia, aceitar que ela assuma o protagonismo no campo da educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos. TerÃ¡ que desempenhar sempre um papel de parceiro entre parceiros, cooperando de igual para igual com as demais organizaÃ§Ãµes intervenientes neste sector, muitas delas com uma longa experiÃªncia nesta Ájrea e com as quais a escola poderÃ¡ aprender muito relativamente Ã s metodologias especÃ-ficas, aos processos especÃ-ficos, que realÃsam a autonomia da educaÃ§Ã£o de adultos.

Nestas parcerias, de base local, Ã© de sublinhar o papel insubstituÃ-vel das organizaÃ§Ãµes de terreno, de natureza cÃ-vica e solidÃria, que trabalham nesta Ájrea hÃ¡ muitos anos e a vÃrios tÃ-tulos. Se estamos agora, esperamos estar, num momento de novo arranque para a educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, esse novo arranque nÃ£o pode nascer do zero, mas terÃ¡ que enraizar-se no que jÃ¡ foi construÃ-do atÃ© hoje. Para isso, hÃ¡ que saber consolidar o que de bom, efectivamente, jÃ¡ foi feito, estÃ a ser feito, em muitos pontos do paÃ-s, muitas vezes, atravÃs de pequenas organizaÃ§Ãµes invisÃveis, de projectos escondidos pelo paÃ-s fora, sem qualquer visibilidade e vivendo frequentemente, na marginalidade e em situaÃÃo de muita dependÃncia e precariedade, sob a pressÃo constante de obstÃculos de vÃria ordem, sobretudo financeiros, mas nÃ£o sÃ³.

Para que as parcerias tenham lugar e para que as organizaÃ§Ãµes com grande experiÃªncia neste campo e com um trabalho bem ajustado a tipos especÃ-ficos de participantes, (geralmente os mais desfavorecidos) desempenhem cabalmente o seu papel - um papel, sem dÃºvida, incontornÃvel neste processo âœ“ hÃ¡ que reconhecer a necessidade de um enquadramento institucional e polÃ-tico mais propÃ-cio Ã educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos em Portugal e Ã s organizaÃ§Ãµes da sociedade civil que vÃam investindo neste campo. A educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos Ã a Ájrea mais crÃ-tica dentro do nosso sistema de educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o ao longo da vida e necessitamos, por isso, de algumas decisÃes muito corajosas neste domÃ-nio. Procurar e encontrar algumas soluÃÃes apropriadas para a educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos passarÃ sempre pelo reconhecimento claro da especificidade do sector. Trabalhar com adultos nÃ£o Ã o mesmo que trabalhar com jovens ou trabalhar com crianÃas. Trabalhar com adultos exige processos, metodologias, conteÃdos, materiais e estruturas especÃ-ficas, e muitas vezes exclusivas da educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos.

Uma pergunta final: serÃ¡ que os actuais poderes polÃ-ticos vÃo manter aquilo que os dois governos anteriores fizeram, ou desfizeram, relativamente a este sector, ou, pelo contrÃrio, pretendem enfim retomar uma orientaÃÃo mais valorizadora da educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, tal como a que jÃ¡ fora adoptada entre 1995 e 2002? Deveria equacionar-se, neste momento, a recriaÃÃo da ANEFA, certamente Ã luz da experiÃªncia dos seus dois anos de actividade. Faz, de facto, sentido pensar-se uma nova ANEFA, a quem se peÃsa um papel sobretudo âœœfacilitadorâœ•, considerando que a educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos nÃ£o Ã o sector que necessite de um serviÃo central a ditar ordens e encomendas, mas precisa certamente de um serviÃo central prÃprio âœ“ apoiado e legitimado por uma base social representativa de todas as organizaÃ§Ãµes intervenientes nesta Ájrea - que seja capaz de enquadrar, de facilitar, a criatividade social, a experimentaÃÃo social, sempre muito ricas mas fragmentadas, e numa constante situaÃÃo de precariedade. Portanto, essa nova ANEFA deveria reflectir, dentro do seu papel facilitador, os tipos de concertaÃÃo e de parceria necessÃrios para, entre o sector pÃblico, o sector empresarial privado e o sector cÃ-vico solidÃrio, se construir, em conjunto e nesta base tripartida, a educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos em Portugal como um verdadeiro projecto de sociedade.

Para alÃm de uma estrutura especÃ-fica, que realmente se considera necessÃria para revitalizar a Ájrea da educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, urge tambÃ©m conceber e aplicar âœ“ igualmente com base num processo de participaÃÃo alargada um programa nacional especÃ-fico para a populaÃÃo adulta. Aqui, a ComissÃo Europeia parece indicar-nos a boa direcÃÃo, pois estÃ a prever para o perÃodo 2007/2013, para alÃm do âœœLeonardoâœ•, na Ájrea da formaÃ§Ã£o profissional trÃs grandes programas no Ãmbito da educaÃ§Ã£o: o âœœComeniusâœ•, para as escolas em geral, o âœœErasmusâœ•, para universidades e o âœœGrundtvigâœ• para a educaÃ§Ã£o de adultos. A ComissÃo reconhece, assim, formalmente, a autonomia da educaÃ§Ã£o de adultos, na medida em que lhe dedica um programa especÃ-fico, nÃ£o o integrando em qualquer dos outros programas ligados a estabelecimentos de ensino ou de formaÃ§Ã£o profissional.

AlÃm disso, um programa nacional para a educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos deverÃ, por certo, inspirar-se em algumas iniciativas europeias que tiveram grande sucesso em Portugal, encontrando-se atÃ© na gÃnese de muitas organizaÃ§Ãµes e associaÃ§Ães locais que hoje trabalham, e muito, na Ájrea da educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos, programas como o âœœLeaderâœ•, para o desenvolvimento rural, ou como o âœœEqualâœ•, na Ájrea da intervenÃÃo social, ou programas geridos de uma forma descentralizada, na base de um plano de acÃÃo local, previamente acordado e negociado por parcerias territoriais, programas que se executam na base de contratos plurianuais, assegurando desta forma a estabilidade e continuidade tÃo necessÃrias ao bom desempenho e Ã eficÃcia de todos os processos de educaÃ§Ã£o e formaÃ§Ã£o de adultos.

AssociaÃÃo âœœO Direito de Aprenderâœ•
<http://www.direitodeaprender.com.pt>

Julho de 2006

=====